

Vetranião *salvator rei publicae*

Vetrano *salvator rei publicae*

Moisés Antqueira¹

mantiqpira@yahoo.com.br

Resumo: O artigo lida com o efêmero reinado do imperador romano Vetranião (março a dezembro de 350), problematizando as formas de representação a respeito do soberano conforme se observam nas amoedações produzidas em seu nome nos ateliês de Siscia e Tessalônica. Nestes termos, foram selecionados dois tipos monetários distintos (cujos reversos continham as legendas SALVATOR REI PVBLICAE e GAVDIVM REI PVBLICAE, respectivamente), os quais evidenciam, a meu ver, um discurso que aproxima o “usurpador” Vetranião da ideia da *basileia* helenístico-cristã, que, por seu turno, se materializava naquele período por meio de uma série de práticas e símbolos associados ao imperador “legítimo” de então, isto é, Constâncio II.

Palavras-chave: Vetranião, Constâncio II, numismática, política na Antiguidade Tardia.

Abstract: The paper deals with the brief reign of the Roman emperor Vetrano (March to December of 350), investigating the ways he is represented on coins bearing his name minted in Siscia and Thessalonica. In that sense, I choose two different types (whose reverses show inscriptions like SALVATOR REI PVBLICAE and GAVDIVM REI PVBLICAE, respectively) that closely approximate the “usurper” Vetrano to the Hellenistic-Christian idea of *basileia*. The latter concept, in turn, served to distinguish a whole set of practices and symbols related to Constantius II, the “legitimate” emperor who ruled over the eastern part of the Roman Empire precisely at that time.

Keywords: Vetrano, Constantius II, numismatics, politics of Late Antiquity, politics in Late Antiquity.

O *imperium* exercido por Vetranião (março a dezembro de 350) no interior do Ilírico não desperta, via de regra, grande interesse entre os estudiosos modernos. A razão para tanto se articula ao episódio que pôs termo ao breve reinado dele: em 25 de dezembro daquele ano, Vetranião teria abdicado do poder e/ou sido deposto pelo imperador Constâncio II (337-361), diante de uma assembleia militar que reunia os exércitos comandados por ambas as personagens. O caráter *sui generis* do acontecimento – a queda de um “usurpador” sem que se registrasse derramamento de sangue algum – é amplificado por seus desdobramentos. Ao que parece, Vetranião foi autorizado a se retirar para Prusa, na Bitínia, onde viria a falecer seis anos mais tarde².

¹ Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Rua Pernambuco, 1777, 85960-000 Marechal Cândido Rondon, Paraná, Brasil.

² Para um sumário acerca da vida de Vetranião, ver Dietmar Kienast (1996, p. 321).

No geral, concebe-se a revolta de Vetranião como que instigada ou, ao menos, consentida por membros da corte de Constâncio II³, de forma a neutralizar as ações de Magnêncio (350-353) – o qual havia, em janeiro de 350, eliminado o imperador Constante, irmão mais novo de Constâncio II, e, a partir das Gálias, igualmente tomado o poder em diferentes áreas a ocidente do Império. Daí que, à semelhança da ação fugaz de Nepociano na cidade de Roma (ocorrida, aparentemente, em junho de 350), a iniciativa que teria ocasionado a proclamação de Vetranião não competiria a ele próprio; seu reinado não passava de uma manobra política cujo objetivo era o de contemplar os interesses da família reinante, tornando Vetranião um regulador das tensões envolvendo Constâncio II e Magnêncio, “usurpador” que efetivamente representaria uma ameaça à dinastia constantiniana (Seibel, 2004, p. 97). Portanto, assim se esclarecia o motivo pelo qual Vetranião teve sua vida poupada no Natal de 350, restando, nesses termos, pouco espaço para que se fomentasse algum debate a respeito do significado de seu governo.

Por seu turno, a aparente inatividade de Vetranião durante os meses em que reinou confirmaria a hipótese de que o antigo *magister peditum* agiu com vistas a salvar os interesses de Constâncio II nas regiões ilíricas; neste caso, Vetranião seria responsável apenas por manter a ordem na região até o momento da chegada do filho de Constantino, vindo das áreas orientais do Império⁴. Não obstante, questiono a validade desse ponto de vista, levando-se em conta o fato de que as fontes literárias/historiográficas a respeito de Vetranião não oferecem um panorama aprofundado acerca de seu governo; na verdade, as informações restringem-se em grande medida aos episódios que concernem à proclamação de Vetranião e à sua posterior abdicação. Do mesmo modo, não temos notícia de quaisquer movimentações de natureza bélica por parte de povos externos nas áreas danubianas durante aquele ano, algo que teria, é de se supor, impellido Vetranião e seus apoiadores a se envolver com a defesa do *limes* regional.

Ademais, e talvez mais importante ainda, faz-se necessário refletirmos acerca das realidades do poder imperial no século IV. Todo e qualquer envolvimento de Constâncio II ou de membros de sua corte na aclamação de Vetranião redundava em uma flagrante manipulação do *imperium* (Crawford, 2016). Ora, isto comportava sérios riscos políticos, ainda mais no contexto de cristalização da realeza sagrada de matriz helenístico-cristã, que fazia do imperador o ponto fulcral de toda sociedade, como apontaremos no decorrer do artigo.

Similarmente, Olivier Hekster (2008, p. 65) salienta que a existência de vários postulantes à púrpura “(...) influenced the popular perception of emperorship and must have made the limits of imperial power clear”. Quer dizer, aceitar a ideia de que a proclamação de Vetranião no Ilírico se deu em nome ou em favor de Constâncio II implica diminuir o próprio poder e a autoridade do filho de Constantino aos olhos de seus concidadãos. Isto ajuda a esclarecer por que autores quase coetâneos fazem de Vetranião um “usurpador/*hostis*”, quase barbarizado (vide o então *César* Juliano, Aurélio Vítor), enquanto que escritores do século V (como o arianizante Filostórgio) apressam-se em conferir legitimidade ao *magister peditum*, acentuando o eventual papel de Constantina (irmã de Constâncio II) como *auctor imperii* ou a rapidez com que Constâncio II teria enviado os *regalia* imperiais para o Danúbio, em reconhecimento à posição de Vetranião.

Seja como for, entendo que é preciso relativizar os discursos produzidos pelas fontes literárias tardo-antigas, uma vez estavam atrelados, em maior ou menor medida, a uma perspectiva de subordinação de Vetranião perante os desígnios da dinastia constantiniana. Proponho, assim, que problematizemos a ação de Vetranião a partir de vestígios diretamente relacionados ao seu reinado; dito de outra maneira, julgo que cabe à moderna crítica historiográfica a investigação das práticas e símbolos mediante os quais se pretendia legitimar a posição de Vetranião no Ilírico, mecanismos esses que se revelavam afinados com as realidades do poder imperial à época em que ele foi aclamado pelos soldados que comandava.

Neste sentido, as amoedações emitidas em nome de Vetranião constituem documentação que possui grande importância. Para o presente trabalho, selecionamos dois exemplares referentes a séries monetárias distintas, cujas especificidades serão devidamente abordadas na sequência do texto. Por ora, vale ressaltar que os dois tipos escolhidos congregavam vários signos de caráter militar e articulados à noção de vitória. Comandante experiente, Vetranião representava os interesses do exército postado no Ilírico, região fundamental para a defesa do mundo romano e manancial de abastecimento de novos soldados (López Sánchez, 2002). Embora não tenhamos cifras precisas a respeito da composição das tropas nos meados do século IV, se tomarmos por base os números apresentados por Hugh Elton (2007, p. 285) no que respeitava aos exércitos regionais em fins daquele mesmo século, alcançamos o seguinte panorama: no Ilírico ocidental, o exército de campo alcançaria a cifra de 13.500 homens, ao passo que

³ As principais fontes historiográficas acerca da questão, a saber, Filostórgio e Zósimo, assinalam a importância de Constantina, irmã de Constâncio II, no tocante à ascensão de Vetranião. Constantina teria instigado o já idoso comandante militar (Vetranião contava com aproximadamente 60 anos e ocupava então o posto de “mestre da infantaria” – *magister peditum* – nas áreas ilíricas) a assumir a púrpura, a fim de favorecer o seu irmão em um eventual conflito contra Magnêncio.

⁴ Vide, por exemplo, Miguel P. Sancho Gómez (2008, p. 95), que oferece um balanço quanto ao tema.

a leste do Ilírico teríamos 17.500 combatentes. Ademais, para o exército da Gália a quantia seria de 34.000 soldados, enquanto que a Trácia (24.500) e o Oriente (20.000) complementavam o quadro.

Assim, ainda que não possamos aplicar diretamente tais números para o ano de 350, quiçá essas cifras contribuam para que se avalie uma situação de equilíbrio de forças que imperava naquele momento. Constâncio II não reunia recursos materiais e humanos suficientes para fazer frente, por conta própria, a cada um dos outros dois governantes que, em termos concretos, dispunham de *imperium*: diante de tal cenário, Constâncio II teria de aliar-se a um de seus rivais a fim de que pudesse eventualmente eliminar, mediante um confronto armado, aquele outro que restasse – caso ele e a corte imperial no Oriente não aceitassem outra possibilidade, qual seja, uma divisão do poder que envolvesse indivíduos que não pertenciam à linhagem de Constantino (Barceló, 2004, p. 94). Como bem sabemos, essa última opção não se concretizou. O exército de Vetranião foi incorporado por Constâncio II a partir de um “acordo diplomático”, ao passo que a contenda entre Magnêncio e Constâncio II foi decidida na esfera militar, em especial a partir da Batalha de Mursa, ocorrida em setembro de 351.

Por sua vez, Sancho Gómez (2008, p. 100) indica que, por ocasião da Batalha de Mursa, Constâncio II contava com um efetivo de aproximadamente 80.000 combatentes, resultante da incorporação da infantaria danubiana que havia aclamado Vetranião no ano anterior e do contingente liderado por Silvano e outros generais que, antes do início da referida batalha, somou-se ao exército de Constâncio II ao abandonar Magnêncio. Este, por sua vez, comandava uma quantidade muito menor de homens (algo em torno de 36.000). Curiosamente, o montante trazido por Elton quanto à totalidade das forças militares romanas em fins do século IV parece corresponder ao arranjo visto em Mursa: se adicionarmos os números referentes à Trácia e ao Oriente (44.500 soldados), isto é, das regiões sob autoridade direta de Constâncio II, àqueles que tangiam à Ilíria como um todo (31.000), teríamos 75.500 indivíduos. Além disso, Elton fala em 34.000 soldados para a prefeitura pretoriana das Gálias ao final do século IV, quantia próxima daquela que Magnêncio teria à disposição no outono de 351.

Em suma, não se pode subestimar a relevância das tropas que aclamaram Vetranião e o peso dessa ação do ponto de vista político-militar. A despeito do fato de ter governado por menos de dez meses, retirando-se da cena pública em benefício de Constâncio II, o reinado de Vetranião tornava manifesta a importância da soldadesca romano-ilírica no interior da política imperial nos meados do século IV.

Vetranião e o numerário

Naquele ensejo, as moedas cunhadas para Vetranião devem ser encaradas como objetos portadores de discursos mediante os quais o imperador buscava alicerçar e, ao mesmo tempo, expressar o seu poder. Por isso, registre-se que ambas as casas monetárias sujeitas ao domínio de Vetranião, quais sejam, Síscia e Tessalônica, funcionaram ativamente no decorrer de seu reinado, produzindo moedas de ouro (*solidi*), de prata (*miliarenses* leves/pesados e *siliquae*), de bronze (*centenionales*) e também bilhões (*maiorinae*). A intensa emissão nos ateliês de Síscia e Tessalônica contradiz, em certo sentido, a perspectiva de inatividade por parte de Vetranião.

Em trabalho anterior, tive a oportunidade de assinalar em que medida determinadas peças cunhadas em Síscia, tanto para Vetranião quanto para Constâncio II, fomentavam o discurso de um exercício compartilhado do poder, em que Vetranião se associaria a Constâncio II em razão de elementos que remetiam ao arranjo tetrárquico organizado por Diocleciano ao final do século III (Antiqueira, 2018). No presente artigo, almejo investigar duas séries monetárias que, pelo contrário, foram lançadas somente para Vetranião: trata-se de *solidi* e *miliarenses* provavelmente cunhados à época da aclamação de Vetranião (março de 350) como forma de retribuir a lealdade da soldadesca que lhe forneceu suporte para que ascendesse ao poder (Bruun, 1997, p. 53; Sellars, 2013, p. 561-562).

O objetivo, pois, é o de apontar de que maneira a ideia de associação ao poder igualmente subjaz à mensagem transmitida por essas peças, ressaltando, porém, o fato de tal perspectiva assumir contornos bastante específicos, para não dizer excepcionais (em particular no caso relativo à Figura 1). Dito isto, principiemos com a moeda abaixo:



Figura 1. Denominação: *Solidus* – Peso: 4.60g – Referência: *The Roman imperial coinage* (doravante RIC) VIII 260.

Figure 1. Denomination: *Solidus* – Weight: 4.60g – Reference: RIC VIII 260.

Fonte: <https://www.numisbids.com/n.php?p=lot&sid=1980&lot=670>
© Numismatica Ars Classica NAC AG

Descrição da iconografia

Anverso: D N VETRA_NIO P F AVG.

O busto de Vetranião obedece às convenções que o caracterizam em todas as amoedações produzidas durante o seu breve reinado (Antikeira, 2018). Temos, pois, a efigie do imperador laureada, drapeada e couraçada, voltada à direita. Vetranião é representado à moda militar, com barba e cabelos curtos. Por fim, a legenda confere o título de *Augusto* ao governante.

Reverso: SALVATOR REI PVBLICAE.

Vemos uma figura humana com trajes militares e voltada à esquerda. Com a mão esquerda, carrega o lábaro, ao passo que sua mão direita porta um cetro transversal. A deusa Vitória também se faz presente no reverso, retratada como se coroasse a figura mencionada anteriormente. Ambas as personagens se situam em um mesmo plano; todavia, a deidade emerge em tamanho um pouco inferior ao do (provável) imperador. Cabe salientar os elementos que permitem identificá-la, comuns às formas de representação da divindade por todo o Mediterrâneo antigo: alada, ela empunha objetos associados à ideia de conquista militar, quais sejam, a coroa de louros e a palma. Finalmente, registre-se a inscrição SIS no exergo, a assinalar o local em que a peça foi batida, isto é, a cidade de Síscia.

Feito isto, destaquemos aquilo que torna tal emissão singular. A inclusão do lábaro no reverso confere alguma distinção a esse *solidus*. Entretanto, todos os elementos que o compõem, exceto a legenda, se repetem na série HOC SIGNO VICTOR ERIS, que os ateliês monetários sob a autoridade de Vetranião produziram tanto para ele quanto para Constâncio II⁵. Porém, as peças cujo reverso ostentam a inscrição SALVATOR REI PVBLICAE foram emitidas tão somente para Vetranião. Além disso, a legenda em questão é única e irrepitível: embora o vocábulo *salvator* não configurasse exatamente um neologismo, tornar-se-ia corrente apenas a partir do século V, em particular em meio aos escritos de Agostinho (Kent, 1981, p. 344).

Penso que a excepcionalidade dessa emissão conduz alguns estudiosos, como Claude Brenot (1992, p. 186), a assegurar que o reverso da Figura 1 designava Constâncio II, e não Vetranião – algo, pois, que se fundamenta sobre a ótica da subordinação de Vetranião em relação à família de Constantino. Nesses termos, argumenta-se que as moedas emitidas para Vetranião o apresentam laureado (ver anverso da Figura 1), enquanto que o diadema – expressão simbólica que denotaria maior autoridade – era sempre reservado às representações feitas sobre Constâncio II. Porém, se considerarmos a peça que

ora exibimos nesse artigo, não é possível identificar de modo inequívoco a existência do diadema para o governante retratado no reverso da Figura 1. Ora, considerando que ambos os lados da moeda se comunicam entre si, é preciso destacar que uma linguagem visual somente cumpre com os seus propósitos na medida em que seja, logo, visível (Hedlund, 2008, p. 24). Além disso, lembremos que as casas monetárias sob o poder de Vetranião lançaram moedas cujos aversos traziam a efigie de Constâncio II, como se, portanto, a entidade emissora findasse por ser o próprio filho de Constantino. Levando-se em conta que os aversos da Figura 1 apresentam apenas o busto de Vetranião, é mais plausível concluir que o “salvador” em questão configurasse uma referência ao imperador que figura no anverso, ou seja, o próprio Vetranião.

Diante do exposto, julgo que podemos explorar tamanha amoedação a partir de dois vieses. Para tanto, apoio-me em Hekster (2011) quanto ao ponto de vista de que as imagens produzidas a respeito de um imperador romano – tal como aquelas que se transmitiam por meio do numário, por exemplo – poderiam ser plurais e, inclusive, contraditórias. Isto tornava possível que diversas imagens, em contextos distintos, coexistissem umas com as outras; de forma similar, diferentes indivíduos ou grupos sociais poderiam atribuir às imagens variados significados. Ademais, imagens contrastantes entre si talvez fossem até mesmo desejáveis à corte imperial, desde que não provocassem danos aos fundamentos do poder de um governante. Em resumo, “*different images were moulded to fit into the different realities that constituted Roman society*” (Hekster, 2011). Neste caso, demonstrar-se-á que a série SALVATOR REI PVBLICAE se revelava polifônica, congregando elementos tradicionais, que se articulavam com um passado mais longínquo, e, ao mesmo tempo, fomentavam um discurso que se vinculava às transformações que marcaram a época de Constâncio II, especificamente a consolidação de uma nova teologia política calcada na noção da *basileia* (Silva, 2003).

Sendo assim, faz-se oportuno refletir sobre os possíveis significados do termo *salvator*. Em primeiro lugar, cabe ressaltar que ainda se mantinha operante a expectativa de que o imperador, mesmo no contexto em questão, deveria agir enquanto mandatário a quem a *res publica* havia confiado a tarefa de governá-la. Dito de outra forma, perdurava a ideia de que o exercício do poder imperial equivalia a uma delegação feita a um indivíduo pretensamente selecionado pela coletividade (Veyne, 2002, p. 49) – no caso de Vetranião, o *consensus universorum* limitava-se à *contio* militar, isto é, à escolha dos soldados.

⁵ Por isso, a série HOC SIGNO VICTOR ERIS reforça a ideia de associação de Vetranião ao imperium, vinculando-o também ao legado de Constantino por meio do emprego do lábaro, tal como no caso do próprio Constâncio II. Para tanto, vide Moisés Antikeira (2018).

Neste sentido, rotular Vetranião como um “usurpador” implica certo equívoco, na medida em que ele havia sido escolhido pelo (por uma parcela do) *populus Romanus*, que havia lhe “delegado” o *imperium*. Assim, em que pese o fato de o princípio da sucessão dinástica ter sido aplicado desde a era dos Júlio-Cláudios, a expressão *salvator rei publicae* trazia à lume a percepção de que, mesmo na Antiguidade Tardia, o imperador haveria de estar a serviço da coletividade, ou seja, da “república”:

Ele [o imperador] não reinava para a própria glória, como um rei, mas para a glória dos romanos; suas conquistas e vitórias, celebradas nas moedas que cunhava, visavam única e exclusivamente ao benefício da gloria Romanorum ou da gloria rei publicae. Tanto nas moedas quanto na escrita dos panegiristas, o mérito de um príncipe reside não em ter sido poderoso ou bom, mas em haver salvado ou restaurado a República; até Vetrânio [sic] foi um salvator rei publicae. Para os panegiristas tardios, o imperador é sempre o paladino da República, pela qual zela e cuja tutela e guarda lhe cabem; ele nasceu “para o bem-estar da República” (bono rei publicae natus), segundo sua titulação em pleno século IV (Veyne, 2009, p. 8-9).

Logo, Veyne argumenta que mesmo um governante efêmero como Vetranião explorava em suas moedas a percepção de que o *princeps* haveria de atuar em proveito da *res publica*: daí que reclamasse “restaurá-la” ou “salvá-la”. Por seu turno, o emprego do vocábulo *salvator* pode ser pensado como um *slogan* próprio de períodos de aguda crise, como eram os casos das décadas finais do período republicano ou da era tetrárquica, quando se escancarava ainda mais a preponderância dos fatores de ordem militar⁶. De acordo com Fernando López Sánchez (2002, p. 47), por intermédio da figura de Vetranião o exército romano-ilírico se posicionava enquanto “salvador do Estado”, em face da crise política que se iniciou após a morte de Constante e a ascensão de Magnêncio no Ocidente. “Salvador”, Vetranião é conclamado como indivíduo providencial, capaz de restabelecer a harmonia entre as forças militares situadas nas regiões ocidentais do Império.

Deste modo, a utilização do vocábulo *salvator* deriva do anseio de se proclamar o caráter emergencial, temporário, da missão que teria sido “confiada” a Vetranião, qual seja, a de proteger o Ilírico diante da presença de aliados de Magnêncio no norte da Península Itálica. A despeito disso, tanto Vetranião quanto Magnêncio ostensivamente lançaram mão de um signo em comum

em suas amoedações: o lábaro. O discurso visual compartilhado por ambos se fundamentava na retórica da vitória militar, como expressado pelo símbolo que remetia ao sucesso obtido por Constantino na Ponte Mílvio em outubro de 312. Esse “constantinianismo” – ou seja, a remissão à figura do Constantino vitorioso, que havia colocado um ponto final nas dissensões civis, sob a égide do Deus cristão – atendia às demandas dos soldados romano-ilíricos (López Sánchez, 2002, p. 47).

Por outro lado, a ideia da emergência de um varão providencial, a salvaguardar o Estado romano em contextos críticos, se observava já ao tempo da República Tardia. À guisa de ilustração, temos o caso de Cícero, cujas *Catilinárias* o apresentam como cônsul que teria assegurado a *salus rei publicae* (o “bem-estar”, a “integridade” da república) diante da tentativa de tomada do poder por parte de Catilina e seus apoiadores no ano de 63 a.C. Nos termos da obra ciceroniana, “*su acción [isto é, de Cícero] salvadora actúa contra un agente agresor que amenaza la salud física de una comunidad*” (Schniebs, 2002-2003, p. 111).

Com o advento do principado de Augusto, explorar-se-ia em profusão a associação do *princeps* com a ótica do *servator rei publicae*. Como se vê nas *Res Gestae Divi Augusti* (34.2), o Senado romano conferiu uma “coroa cívica” a Augusto por conta do fato de ele “ter salvo os cidadãos” (*ob cives servatos*). Ou seja, após o término das guerras civis, os senadores manifestaram a gratidão que o conjunto do *populus Romanus* nutriria em relação a Augusto, ao seu “salvador” (*servator*). A cunhagem de moedas nas décadas finais do século I a.C. empregaria em larga medida os ícones (*corona civica* e a inscrição *ob cives servatos*) que remetiam a tamanha perspectiva. Neste ensejo, Duncan Fishwick (1993, p. 108) assegura que

The concept of the princeps as servator is central to Augustan ideology. From this time on the oak wreath became the principal emblem of Augustus, the symbol of his majesty and more and more the monopoly of the emperor, to whom it was awarded each in his turn ob cives servatos.

Fato é que a legenda OB CIVES SERVATOS conheceria grande fortuna nas amoedações durante o século I: para além de Augusto, podemos notá-la nas cunhagens de Calígula, Cláudio, Galba e Vespasiano. Por seu turno, na era imperial empregava-se igualmente a palavra *restitutor*, polissêmica que era, assinalando as ações salutares/benéficas que os *principes* teriam empreendido em relação às diferentes partes que integravam o mundo imperial.

⁶ Agradeço ao Prof. Fernando López Sánchez (Wolfson College, University of Oxford), que gentilmente me alertou quanto a esse aspecto em mensagens eletrônicas que trocamos em julho de 2017.

Tal se nota de maneira clara nas moedas datadas da época de Adriano, as quais, em consonância com as longas viagens que o imperador realizou por quase todo o território romano, ostentavam a legenda RESTITVTOR seguida de locativo que indicava alguma província (Acaia, África, Bitínia, Frígia, Gália, Hispânia, Macedônia, Sicília, entre outras) (Fuduli e Salamone, 2015).

O uso do vocábulo *salvator* permite, igualmente, resgatar elementos inerentes às monarquias helenísticas e aos contatos mantidos com a Roma republicana durante o processo de expansão territorial romana. Cabe ressaltar que, enquanto instituição, as realidades helenísticas não sofreram transformações significativas durante os dois primeiros séculos que se seguiram à conquista por parte dos romanos (evidente, pois tiveram a sua soberania limitada, o que influenciava a sua autoridade). Refiro-me, em particular, ao fato de que as características e rituais que envolviam os reis helenísticos se mantiveram vigentes, ainda que tais governantes se situassem, a partir de então, como reis clientes ou subordinados ao Estado romano. Com a emergência do sistema do Principado, nota-se uma alteração: o culto ao soberano, comum no Oriente helenístico, passou ali a englobar também o *princeps*.

Com isto, não quero afirmar que o culto destinado aos imperadores romanos consistisse em um mero desdobramento daquele outrora praticado em relação às monarquias helenísticas: Fergus Millar (1984, p. 53) demonstra como as celebrações relativas à figura de Augusto configuraram um novo fenômeno, em uma escala jamais vista até então, quer consideremos os reis helenísticos, quer levemos em conta as grandes personalidades político-militares do final da República romana. Assevero, pois, que havia semelhanças entre as metades ocidental e oriental da bacia mediterrânica no que concerne à atribuição de caracteres divinizantes às várias formas de poder monárquico⁷. Percebe-se, assim, que em lugares como a província do Egito, por exemplo, os epítetos antes empregados aos reis ptolemaicos passaram a ser utilizados para o imperador romano: daí que governantes como Nero fossem denominados como *soter* (“salvador”) e *evergetes* (“benfeitor”) (Mendels, 1997, p. 209).

Pois bem. A utilização de epítetos como *soter* para uma grande quantidade de reis helenísticos e *principes* romanos associava-se a mecanismos de divinização desses monarcas. Estes poderiam reclamar honrarias divinas mediante seus feitos e realizações. A ideia que se queria transmitir era a de que a realeza, se “salvífica”, elevar-se-ia à condição divina por conta da proteção que oferecia aos seus súditos (Chaniotis, 2005, p. 433). De forma similar, a

partir dos inícios da era comum é possível notar que *soter* já dispunha de uma acepção divina que o apartava de outros termos, consistindo em um dos títulos divinos mais usuais e, igualmente, tido entre os romanos como impróprio para se qualificar um ser humano. É devido a isto que, por sua vez, a inclusão da palavra na prédica cristã emergiu quase que naturalmente, pois que “*the word seemed ready-made*” (International Standard Bible Encyclopedia, 1939).

Logo, ao tempo do Principado romano, ao vocábulo “*soter*” já se imprimia sentido divinizante. Porém, isto não significa dizer que se atribuisse ao termo uma inequívoca implicação teológica. Arthur Darby Nock (1988, p. 9; 56) ressaltava que palavras como *soteria* e assemelhadas eram aplicadas no sentido de libertação ou resgate diante dos perigos que a natureza (navegar pelos mares, desbravar novas terras, enfrentar climas inóspitos) interpunha ao ser humano. Continua ainda ao aclarar que, a partir de Augusto, o emprego dos epítetos *soter* ou *soteria* para divindades como Serápis e Ísis indicava de que as deidades eram vistas como potenciais salvadoras da comunidade humana, livrando-a das ameaças naturais e das enfermidades que poderiam se abater sobre ela.

Perante o exposto, compete sublinhar que a singularidade dos *solidi* de Vetranião repousava sobre a presença do inaudito *salvator*. Não há outra ocorrência desse substantivo nas moedas romanas, quer sejam anteriores ou posteriores a Vetranião (Brenot, 1992, p. 186). Além disso, Pierre de Labriolle (1939) explicava que a língua latina não apresentava um único e mesmo vocábulo que compreendesse o significado do grego *soter*, ou seja, que se referisse àquele de quem dependia a salvação ou o bem-estar de alguém ou algo (Labriolle, 1939, p. 26). Daí que fosse corrente na literatura latina do final da era republicana e do Principado a utilização de termos como o já mencionado *servator*, *conservator* ou mesmo *salutaris*. *Salvator* talvez correspondesse a uma palavra corrente na língua falada, embora desconhecida do latim clássico: teria se originado, afirma Labriolle (1939, p. 30-31), como forma nominal (supino) de *salvare*, a partir do momento em que tal verbo passou a ser empregado em sentido equivalente à forma verbal grega *sozo*.

Com os escritos de Tertuliano, na virada do século II para o III, observa-se o uso de *salvator*. Mas a palavra não desfrutou de imediato apreço entre os literatos cristãos: mesmo autores como Lactâncio, no início do século IV, incorporaram-na em seus escritos de modo hesitante. Em meio aos textos não cristãos ou mesmo técnicos, a preferência recaía também sobre o verbo *servare* em vez de *salvare*: este apareceria somente nas obras de Quinto

⁷ Como aponta Nelson de P. Bondioli (2017, p. 18), a implementação do culto imperial decorria antes de iniciativas locais e regionais do que propriamente abarcavam aspectos que possam ser definidos de maneira específica como “ocidentais” ou “orientais”, generalização escorregadia que perdura até os dias atuais nos estudos historiográficos.

Gargílio Marcial (c. 260) e de Nônio Marcelo (século IV) (Labriolle, 1939, p. 33). Por fim, é apenas com Agostinho no século V que *salvator* emerge na literatura cristã como um termo já consolidado, situação que provavelmente remetia ao final do século anterior, como se nota na *Vulgata* de Jerônimo (Labriolle, 1939, p. 35).

Considero, perante o exposto, que o numário de Vetranião se assentava sobre bases duais. Por um lado, representava-o mediante padrões que caracterizam o discurso político na Antiguidade romana, atestando a perenidade das tradições de natureza republicana, enquanto que, ao mesmo tempo, a inscrição presente nos *solidi* obedecia aos imperativos universalizantes típicos da cunhagem imperial. A distância entre as realidades do poder exercido por imperadores cuja autoridade se restringia a territórios circunscritos e a imagem de sua centralidade para o Império é explorada por Hekster (2008, p. 65-66). Não era possível que um imperador, ainda que apoiado por apenas uma parcela das províncias romanas, escapasse a formas e convenções acerca da representação de seu poder que não fossem “unidimensionais”. Tinha-se clareza quanto às limitadas chances que cada um dos aspirantes à púrpura possuía no sentido de impor sua autoridade por todo o Império. Todavia, sua importância e centralidade eram veiculadas por meio da associação com elementos divinos – algo comum à história imperial desde os seus inícios. Nestes termos, não surpreende que se anuncie Vetranião como “salvador da república” ou que a representação da deusa Vitória apareça entre os signos de mais de uma série monetária emitida durante o seu curto reinado.

Por outro lado, designar Vetranião por meio de nominativo tão incomum (“salvador”) resulta no rompimento com as formas vigentes até aquele momento: em certa medida, os *solidi* anunciavam uma efetiva ruptura com o passado, prática que se repetiria no século IV com moedas produzidas por Valentiniano I em 364, cujos reversos continham a também inédita legenda RESTITVTOR REI PVBLICAE (López Sánchez, 2012, p. 169), muito embora o vocábulo *restitutor*, por si só, fosse há muito empregado na numismática imperial.

Desta forma, entendo que a moderna crítica historiográfica ainda não concedeu a devida atenção ao ineditismo da inscrição SALVATOR REI PVBLICAE. Ela evidencia um aspecto que guarda relação, penso, com o próprio processo de construção da *basileia*, da “realeza sagrada de ascendência helenístico-cristã”, que teve justamente no reinado de Constâncio II o “momento capital”

para a afirmação de toda sua simbologia e rituais. Exaltava-se, pois, a majestade do imperador, apartando-o de seus súditos por meio de uma série de ritos e práticas que faziam do governante “uma entidade celestial”, transcendente e a ser venerada pelos súditos (Silva, 2005, p. 72-73).

O substantivo *salvator* compreende esse terreno comum entre pagãos e cristãos. A partir do que indicamos anteriormente, nos meados do século IV os cristãos parecem mais familiarizados com o termo, embora o mesmo não fosse desconhecido dos escritores pagãos. Seria por demais arriscado concluir quais eram as inclinações religiosas de Vetranião em razão do emprego da palavra em questão – muito embora a *Crônica Pascoal* (*Chronicon Paschale*, c. 630-641), texto de origem bizantina, atestasse que “visto que Vetranião era um cristão e comparecia à igreja para as atividades religiosas, ele promoveu atos de caridade aos pobres, bem como honrou as lideranças da Igreja até sua morte” (*Chron. Pasch.*, 350 F540)⁸. Penso que o termo *salvator* permitia que Vetranião se dirigisse tanto a um público “pagão” quanto “cristão”, visto que o léxico e a ideia sobre o caráter “divino” do governante eram comumente partilhados entre os círculos pagãos e cristãos (Calderone, 1973, p. 218).

Portanto, nos *solidi* de Vetranião proclamava-se a noção de que o imperador/*salvator* asseguraria o bem-estar de seus concidadãos, tarefa que o colocava acima dos demais mortais e que externava o *favor* divino canalizado por intermédio dele. Porém, faz-se preciso reconhecer que é impossível afirmar que Vetranião desejasse reivindicar ao seu (breve) reinado uma autoridade divina que o levasse a se posicionar enquanto um “deus visível”, como foi o caso no que tangia à figura de Constâncio II (cf. Silva, 2003, p. 127-128). De modo algum concebo as evidências nesses termos. Todavia, a dimensão cristã do nominativo *salvator*, somada às reminiscências do *servator/salutaris* latino e do *soter* helenístico, inclinam-me a pensar que a cunhagem de Vetranião visasse transmitir a ideia de que o imperador almejava se posicionar como um “mediador entre o céu e a Terra”, dispondo de ligeira similaridade com aquilo que Gilvan V. da Silva (2003, p. 123) nos apresenta em relação ao próprio Constâncio II⁹.

Desta forma, a *basileia* pressupunha a noção de que a ordem das coisas dependeria diretamente do imperador. Por isso, representava-se o *basileus* como “a fonte da supremacia militar romana”, “triunfador sobre as forças da desordem e da destruição” (Silva, 2003, p. 121). Isto se coaduna, a meu ver, com a ideia de um

⁸ Ao que parece, porém, o anônimo autor da obra referia-se aos anos finais da vida de Vetranião na cidade de Prusa, quando ele já se encontrava completamente afastado da vida pública.

⁹ O processo de “divinização” do *imperator*, que ganha força a partir da era tetrárquica, se alicerçava sobre bases ideológicas que excluíam a noção de que o governante equivalesse às deidades. Antes, a relação entre os imperadores e as entidades celestiais – ou o “deus supremo”, assim entendido pelos cristãos ou mesmo por certos grupos pagãos – era concebida de modo tal que as virtudes dos primeiros seriam expressão do *charisma* divino (Calderone, 1973, p. 217).

“Vetranião salvador”, que se projetava na esfera pública como governante a zelar pelas regiões líricas diante da desorganização política articulada à ascensão de Magnêncio e ao conseqüente assassinato de Constante no ocidente do Império. Nestes termos, a legenda SALVATOR REI PVBLICAE, em consonância com a iconografia que a acompanha, exprime concepção alinhada àquilo que Silva nos aponta, porquanto fornecia uma dimensão sacralizada à figura de Vetranião.

Essa aproximação da cunhagem de Vetranião com o processo de consolidação da *basileia* é complementada por intermédio de outra moeda, que introduzimos a seguir:



Figura 2. Denominação: *Miliarensis* (pesado) – Diâmetro: 26 mm – Peso: 4.99g – Referência: RIC VIII 261.

Figure 2. Denomination: *Miliarensis* (pesado) – Diameter: 26 mm – Weight: 4.99g – Reference: RIC VIII 261.

Fonte: <http://www.lanzauctions.com/showcoin.php?no=773830766>
© Numismatik Lanz

Descrição da iconografia

Anverso: D N VETRA_NIO P F AVG.

O anverso da Figura 2 contém, rigorosamente, as mesmas características e inscrição já vistas no caso da Figura 1. Como vimos, o busto de Vetranião engloba elementos que reforçam a imagem de líder militar que se confere ao governante.

Reverso: GAVDIVM POPVLI ROMANI.

Por sua vez, o reverso se diferencia daquilo que se nota na Figura 1. Há uma grande coroa a circundar completamente a inscrição localizada ao centro do campo monetário, no qual se lê a expressão VOT/V/MVL/X. Igualmente, tal legenda é ladeada à esquerda e à direita por dois ramos de palma (algo que, nesse caso, guarda semelhança com o que se observa na Figura 1). Por fim, o exergo traz a marca de identificação do ateliê monetário de Síscia (SIS).

Ao proclamar “o deleite do povo romano” (*gaudium populi Romani*), tal peça veiculava a percepção de que o reinado de Vetranião poderia constituir-se em uma época afortunada para os cidadãos romanos (Doyle, 2014, p. 19). Porém, ao contrário de *salvator rei publicae*, a legenda presente no reverso da Figura 2 não consistia em algo inédito: se, por um lado, essa série abandona o símbolo da vitória de Constantino (o lábaro), por outro cabe destacar que apresentava um substantivo (*gaudium*) que havia ganhado espaço no numário a partir da era tetrárquica (Maximiano *Hercúleo*, Galério) e, em especial, sob Constantino (mediante a utilização de legendas como GAVDIVM REI PVBLICAE).

Mais importante ainda é o fato de, entre 337 e 340, terem sido produzidas em Síscia moedas votivas para os três *Augustos* que sucederam a Constantino (a saber, Constantino II, Constâncio II e Constante); ora, tal série, composta por peças de ouro (*solidi* e múltiplos) e também de prata (*miliarenses* leves e pesados, *siliquae*), continha os mesmos elementos que se verificariam na Figura 2 emitida para Vetranião uma década depois¹⁰. De maneira mais explícita, tamanha cunhagem expressaria a ideia de regozijo público em razão das celebrações dos *dies imperii* de cada um dos respectivos imperadores (Stevenson, Smith e Madden, 1889, p. 407). Além disso, o uso de *gaudium* relaciona-se a um discurso comumente observado nas moedas de Constantino, o qual enfatizava a perspectiva de estabilidade que o Império teria alcançado depois do sucesso alcançado por ele nos campos de batalha (Westcott, 1909, p. 236).

Neste sentido, proponho que a série GAVDIVM POPVLI ROMANI emitida para os filhos de Constantino dispusesse de alguma relação com o episódio conhecido como “massacre dos príncipes” durante o verão de 337, quando os meios-irmãos e vários sobrinhos de Constantino, descendentes de Teodora¹¹, foram assassinados em Constantinopla. Isto permitiu que, em setembro de 337, os três filhos de Constantino efetivamente sucedessem a seu pai, na condição de *Augustos*, exercendo direta autoridade sobre diferentes partes do mundo romano. A existência de um número nada desprezível de varões ligados consanguineamente a Teodora fazia com que se situassem como potenciais aspirantes ao *imperium*, visto que possuíam vínculos com Constâncio Cloro, de modo que a ameaça de uma guerra civil era entendida como algo que se avizinhava no horizonte mais próximo (Burgess, 2008, p. 26). O proclamado “deleite do povo romano”, desta forma, ligava-se à constituição dessa “triarquia” composta pelos filhos de Constantino, cuja formação, por

¹⁰ Ver, por exemplo, RIC VIII (Síscia) 19, 20 e 47 (Constantino II); 14, 15 e 48 (Constâncio II); 16, 22 e 49 (Constante).

¹¹ Esposada por Constâncio Cloro depois deste romper a relação que mantinha com Helena, mãe de Constantino.

seu turno, afastava a possibilidade de um conflito bélico que opusesse a linhagem que descendia de Helena àquela relacionada à Teodora.

No entanto, a harmonia entre Constantino II, Constâncio II e Constante não tardaria a ser posta à prova. Em 340, Constantino II invadiu o norte da Península Itálica, região administrada pelo mais novo dos três irmãos, isto é, Constante. Ao que parece, reconhecia-se uma proeminência ao mais velho (Constantino II) entre os integrantes desse colegiado imperial; porém, tratava-se de uma posição dotada de caráter apenas honorífico, como ilustrado pela titulação (*Augustus Maximus*) e por monumentos que remontam ao período entre 337-340 (Garrido Gonzalez, 1984, p. 272). A divisão territorial entre os três teria desagradado ao mais velho entre eles, o que teria feito com que Constantino II pleiteasse soberania em relação a determinadas áreas (o Norte da África ou o Ilírico) que se situavam sob o domínio de Constante. Porém, a empreitada de Constantino II revelou-se desastrosa: poucos dias depois de invadir a Itália, foi morto em uma escaramuça nos arredores de Aquileia, o que permitiu a Constante estender sua autoridade sobre as regiões ocidentais que outrora eram governadas por seu derrotado e falecido irmão.

Chamo a atenção para tais acontecimentos, pois Síscia e Tessalônica mantiveram, no decorrer da década de 340, a produção da série GAUVIDIVM POPVLI ROMANI tanto para Constâncio II quanto para Constante¹². Essas casas monetárias eram controladas por Constante e, a meu ver, a mencionada legenda conota um padrão disseminado a partir da corte de Constante, mediante o qual se transmitia a mensagem de que o imperador reunia a capacidade de assegurar a tranquilidade do Estado imperial diante de eventuais distúrbios, como foi o caso do confronto fratricida de 340 (ou, quiçá, até mesmo perante as tensões motivadas por aspectos cristológicos e eclesiais que oporiam Constante e Constâncio II em diversos momentos ao longo daquele decênio).

Portanto, a Figura 2 corresponde a um tipo monetário largamente relacionado com a dinastia constantiniana e, mais especificamente, com Constante. Os ateliês de Síscia e Tessalônica, desta maneira, deram continuidade a um padrão emitido no decurso de mais de uma década. Isto não matiza, entretanto, a relevância de seu emprego ao tempo de Vetranião, que buscou preencher o vácuo do poder imperial nas dioceses ilíricas, ocasionado justamente depois da morte de Constante. A ideia de “regozijo do povo romano”, conectada ao reinado de Vetranião, pode ser entendida nos

termos de uma projeção de um eventual conflito contra Magnêncio, em que Vetranião assumia a condição de líder capaz de garantir a estabilidade da *res publica*.

Igualmente, essa noção de expectativa diante do porvir esclarece a presença do signo *votis quinquennialibus multis decennialibus* (VOT/V/MVL/X) no reverso da Figura 2. Inscrições votivas foram comuns na cunhagem tardo-imperial, surgindo pela primeira vez com Maximiano *Hercúleo* no ocidente do Império, embora, no caso, ainda não se fizessem acompanhar por imagens e outras formas de representação (Carlan, 2002). A legenda pode ser traduzida como “os votos pelo cumprimento dos cinco anos e a expectativa pelos dez”. Conforme Cláudio U. Carlan (2002; 2007, p. 10), esses *vota* públicos teriam a finalidade de expressar “a confiança e fidelidade” do povo romano perante um dado monarca¹³. O reverso da Figura 2, portanto, forja um discurso em que a satisfação do povo romano se articula com a expectativa pela longevidade de Vetranião e de seu reinado. Uma vez mais, portanto, nos deparamos com um discurso de tons universalizantes.

Todavia, sabe-se que o governo de Vetranião nem mesmo alcançou um ano completo. Não poderia se tratar, logo, de uma emissão relacionada à celebração dos cinco anos (*quinquennialia*) de ascensão do imperador ao poder (o chamado *dies imperii* ou, no contexto do século IV, *dies Augusti*). Talvez configure evidência do pagamento de *donativa* às unidades militares (ou a parte delas) estacionadas nas províncias ilíricas; lembremos, afinal, que a partir de 235 se tornou corrente o hábito de os imperadores conferirem às tropas um *donativum* anual como meio de celebrar seu *dies imperii*, sem que se comemorassem as *quinquennialia* ou *decennialia* do governante. Essas aclamações imperiais poderiam ocorrer mesmo desvinculadas de qualquer evento mais significativo (uma campanha militar, por exemplo), que porventura as justificassem de maneira mais clara (Hebblewhite, 2017, p. 57; 79). Porém, Vetranião nem mesmo pôde promover uma celebração anual de seu *dies imperii*. Em que pese isso, é possível que tenha antecipado tal prática a fim de exaltar seu reinado e, pois, reforçar/recompensar a lealdade dos soldados que lhe forneciam suporte.

Por seu turno, a coroa e os ramos de palma, que preenchem boa parte do campo monetário no reverso, se escoram na tradicional teologia da vitória, da qual a Figura 1 também se serve. Tratava-se de símbolos que exprimiam a noção de vitória, em particular a de conquista militar. Mas a inserção de tais elementos nessa série monetária fomentava outras acepções, ligadas à inscrição com a

¹² Para tanto, vide por exemplo RIC VIII (Síscia) 150, 152 (Constâncio II); 151, 153 (Constante). Quanto à Tessalônica, ver RIC VIII 43, 76 (Constâncio II) e 16, 17 e 42 (Constante).

¹³ Em relação às moedas laudatórias/votivas emitidas em Heracléia para comemorar os *vicennialia* de Constantino em 324-325. Carlan (2010, p. 241) igualmente salienta que tais peças “tinham por função passar uma mensagem de louvor e compromisso entre governante e governados”. O reverso continha os votos pelos 20 anos de reinado de Constantino (VOT XX), circundados por uma coroa de louros.

qual os signos estavam relacionados. Em *A dictionary of Roman coins* (Stevenson, Smith e Madden, 1889, p. 596), somos informados de que à palma eram conferidas várias significações. Por um lado, exprimia a ideia de fecundidade, visto que frutifica perenemente durante todo o seu ciclo vital. Por outro, expressa justamente a perspectiva de duração e permanência, considerando-se que corresponde a uma espécie arbórea longeva. Por fim, até mesmo uma aproximação com a noção de *hilaritas*, isto é, de “alegria”, é mencionada no verbete, do que daria exemplo uma moeda de Dídida Clara, filha do fugaz imperador Dídio Juliano (março-junho de 193).

Diante disso tudo, a dimensão votiva dessa peça associava-se a uma projeção voltada para o futuro: o povo romano se regozijaria com o “vitorioso” Vetranião na expectativa de que seu reinado fosse longo para que, por sua vez, o deleite de seus súditos se perpetuasse por muito tempo. Ou seja, a expectativa por um longo reinado vincular-se-ia às características sobre-humanas de um *salvator*.

Considerações finais

As séries monetárias SALVATOR REI PVBLICAE e GAUVIDIVM REI PVBLICAE reforçavam a ideia de que Vetranião acalentava a intenção de se associar ao poder com Constâncio II, levando-se em conta o fato de que veiculavam uma imagem mediante a qual Vetranião figurava como detentor, tal qual o filho de Constantino, de elementos místicos que o aproximavam da esfera divina, principalmente a noção de *salvator*, a qual poderia reverberar tanto entre pagãos quanto entre cristãos. Portanto, reputo ser difícil aceitar a hipótese de que Constâncio II tivesse o interesse em lançar – ou guardar qualquer relação com a elevação de – um “usurpador” no Ilírico que, ao proclamar seus dons salvíficos (com votos para que se prolongassem ao longo do tempo), findava por rivalizar com Constâncio II enquanto potencial mediador da vontade divina.

Se, ao fim e ao cabo, a ascensão de Vetranião permitiu que Constâncio II adicionasse ao seu exército as forças militares do Ilírico, isto não significa dizer que o filho de Constantino ou membros de sua corte tivessem orquestrado a rebelião das tropas estacionadas nas regiões danubianas. Na verdade, a abdicação de Vetranião em favor de Constâncio II se mostra plenamente plausível, sem que seja necessário considerá-lo como um agente a serviço da casa constantiniana. Ao elevar à púrpura o seu próprio comandante em razão do controle que os apoiadores de Magnêncio obtiveram em relação ao norte da Península Itálica em fins de fevereiro de 350 – ou seja, de uma área limítrofe à Ilíria –, o exército no Danúbio

manifestava o anseio de contar com a presença física de um governante com o qual tivesse laços pessoais. Tal condição se relacionaria com dois fatores: primeiramente, das guerras externas travadas ao tempo de Marco Aurélio (161-180) até o final do século IV, perdurou a noção de que todo conflito bélico demandava a presença do/de um *imperator* ao lado de seus comandados (Millar, 1982, p. 22). A oposição perante a figura de Magnêncio trazia uma possível guerra civil para a ordem do dia – para não mencionar as potenciais ameaças representadas pelas populações exteriores ao norte da fronteira danubiana.

Em segundo lugar, há de considerar aquilo que Pierre-Louis Malosse (1999, p. 472) designa como “suporte psicológico” da sociedade ao tempo da Antiguidade Tardia. A *praesentia* do imperador em dado lugar permitia o estabelecimento de um contato direto entre os súditos e seu governante; este, ao mesmo tempo, era visto como indivíduo que reunia a capacidade de revitalizar a população dos locais visitados. Desta forma, as fontes literárias da época salientavam a perspectiva de que “(...) *l'empereur est doté d'une vertu surnaturelle qui lui a été conférée au moment où il a été intronisé*”. Assim, a proximidade com a *persona* do imperador propiciaria aos súditos a chance de compartilhar tal virtude. Igualmente, a relevância ímpar atribuída ao monarca se articulava, pois, com o já indicado processo de construção da *basileia*. Em meio a um regime em que o poder se confundia basicamente com a pessoa do imperador, manter contato com aquele configurava um raro privilégio.

Assim, para que compreendamos a aclamação de Vetranião, há de se levar em consideração tais elementos. Todavia, a chegada de Constâncio II ao Ilírico, em fins de 350, possibilitou que as tropas romano-ilíricas retomassem os seus vínculos diretos com a dinastia constantiniana. Significa dizer, como o faz Michael Whitby (2006, p. 181), que no século IV o pertencimento a uma dinastia se apresentava, aos olhos da soldadesca, como “alternativa poderosa” em relação às qualidades militares como o ponto a fundamentar a escolha de um imperador. Porém, a posterior opção dos soldados no Ilírico em favor de Constâncio II não redundava, necessariamente, na eliminação do indivíduo a quem haviam confiado o *imperium* dez meses antes.

Ademais, uma guerra que opusesse os exércitos de Vetranião aos de Constâncio II não atenderia aos interesses do segundo no que dizia respeito ao aumento de seus efetivos militares com vistas a um futuro enfrentamento contra Magnêncio. Como diz Pedro Barceló (2004, p. 96), por gerações os soldados da Ilíria equivaliam à espinha dorsal do exército imperial, de forma que imperador algum conseguiria sustentar seu poder se prescindisse do suporte fornecido por aqueles (donde a postura de não enfrenta-

mento que Constâncio II adotou em relação a Vetranião e seus comandados, algo que autores quase contemporâneos como Aurélio Vítor (42.1-3) interpretariam como sinal de *clementia* por parte do filho de Constantino). Para Constâncio II, contar com o suporte desses soldados redundava não somente na ampliação de seus recursos bélicos, mas também no reforço da legitimidade de seu poder.

Já Vetranião passava, no decurso de menos de um ano, da condição de “*salvator rei publicae*” a “*privatus*” (simples cidadão). Cam Gray (2010, p. 98) ensina que as relações envolvendo imperadores tidos por “legítimos” e “ilegítimos” encontravam na existência ou ausência de reconhecimento mútuo uma estratégia a alicerçar a legitimidade de cada uma das partes. Resignifico a assertiva de Gray a fim de destacar que o desfecho da história envolvendo Vetranião e Constâncio II pode ser pensado como consequência desse “reconhecimento mútuo”, ainda que resultasse, paradoxalmente, no ponto final do governo de Vetranião: a preservação de sua integridade física a partir do acontecimento no Natal de 350 correspondia, mesmo que indiretamente, a um ato de reconhecimento por parte de Constâncio II. Por conseguinte, à perda da legitimidade seguiu-se a manutenção da própria vida por parte de Vetranião.

Referências

- ANTIQUÊIRA, M. 2018. A abdicação de Vetranião (350 d.C.) e os resquícios do modelo tetrárquico. *História (São Paulo)*, 37:e016. <http://dx.doi.org/10.1590/1980-4369e2018016>.
- BARCELÓ, P. 2004. *Constantius II. und seine Zeit: Die Anfänge des Staatskirchentums*. Stuttgart, Klett-Cotta, 276 p.
- BONDIOLI, N. de P. 2017. O Ocidente e o Oriente nos cultos imperiais: uma divisão necessária? *Alêtheia – Estudos sobre Antiguidade e Medievo*, 1:15-29.
- BRENOT, C. 1992. À propos de monnaies au chrisme de Magnence. In: M. CHRISTOL et al. (eds.), *Institutions, société et vie politique dans l'Empire romain au IV^e siècle ap. J.-C.* Rome, École Française de Rome, p. 183-191.
- BRUUN, P. 1997. The victorious signs of Constantine: A reappraisal. *The Numismatic Chronicle*, 157:41-59.
- BURGESS, R.W. 2008. The summer of blood: The “Great Massacre” of 337 and the promotion of the sons of Constantine. *Dumbarton Oaks Papers*, 62:5-51.
- CALDERONE, S. 1973. Teologia política, sucesione dinastica e *consecratio* in età costantiniana. In: W. den BOER (ed.), *Entretiens sur l'Antiquité classique*. Genève, Fondation Hardt, vol. 19, p. 215-261.
- CARLAN, C.U. 2002. Moeda e propaganda: a tipologia das cunhagens do imperador Constâncio II (337-361) através da aplicação do método de análise de conteúdo. *Revista Virtual Klepsidra*, 2: s/p.
- CARLAN, C.U. 2007. Poder, imagem e arqueologia: a iconografia monetária e o exército romano. *Revista de História da Arte e Arqueologia*, 6:7-14.
- CARLAN, C.U. 2010. Política e cultura: Constantino e o poder da imagem. *História: Questões & Debates*, 52:233-245.
- CHANLOTIS, A. 2005. The divinity of Hellenistic rulers. In: A. ERSKINE (ed.), *A companion to the Hellenistic World*. Malden, MA; Oxford; Carlton, Blackwell, p. 431-445.
- CRAWFORD, P. 2016. *Constantius II: Usurpers, eunuchs and the Antichrist*. Barnsley, Pen & Sword Military. [e-Book].
- DOYLE, C.C. 2014. *The endgame of treason: Suppressing rebellion and usurpation in the Late Roman Empire, AD 397-411*. Galway. Tese de Doutorado, National University of Ireland, 211 p.
- ELTON, H. 2007. Military forces. In: P. SABIN; H. VAN WEES; M. WHITBY (eds.), *The Cambridge history of Greek and Roman warfare*. Cambridge, University Press, vol. 2, p. 270-309.
- FISHWICK, D. 1993. *The imperial cult in Latin West: Studies in the ruler cult of the Western provinces of the Roman Empire*. 2nd ed. Leiden; New York; Köln, Brill, vol. 1.1, 194 p.
- FUDULI, L.; SALAMONE, G. 2015. *Hadrianus Restitutor Siciliae: Mélanges de l'École Française de Rome – Antiquité*, 127(1): [em linha]. Disponível em: <https://mefra.revues.org/2737>. Acesso em: 05/10/2017.
- GARRIDO GONZALEZ, E. 1984. Observaciones sobre un emperador cristiano: Fl. Jul. Constante. *Lucentum*, 3:261-278.
- GRAY, C. 2010. Civil war? What civil war? Usurpers in the *Historia Augusta*. In: B.W. BREED; C. DAMON; A. ROSSI (eds.), *Citizens of discord: Rome and its civil wars*. New York, OUP, p. 87-101.
- HEBBLEWHITE, M. 2017. *The emperor and the army in the Late Roman Empire, AD 235-395*. Abingdon, OX; New York, Routledge, 240 p.
- HEDLUND, R. 2008. “... achieved nothing worthy of memory”: Coinage and authority in the Roman empire. c. AD 260-295. Uppsala, Uppsala Universitet, 267 p.
- HEKSTER, O. 2008. *Rome and its Empire, AD 193-284*. Edinburgh, Edinburgh University Press, 183 p.
- HEKSTER, O. 2011. Imagining power: Reality gaps in the Roman Empire. Disponível em: https://www.academia.edu/1872208/Imagining_Power_Reality_Gaps_in_the_Roman_Empire Acesso em: 08/08/2017.
- INTERNATIONAL STANDARD BIBLE ENCYCLOPEDIA. 1939. Saviour. Disponível em: <http://www.internationalstandardbible.com/S/saviour.html>. Acesso em: 09/09/2017.
- KIENAST, D. 1996. *Römische Kaisertabelle: Grundzüge einer römischen Kaiserchronologie*. 2. Aufl. Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 399 p.
- LABRIOLLE, P.de. 1939. *Salvator. Bulletin du Cange: Archivum Latinitatis Medii Aevii*, 14(1):23-36.
- LÓPEZ SÁNCHEZ, F. 2002. La tutelle de l'armée illyrienne sur la dinastie constantinienne (337-361). *Cahiers Numismatiques*, 39(151):39-55.
- LÓPEZ SÁNCHEZ, F. 2012. Julian and his coinage: A very Constantinian prince. In: N. BAKER-BRIAN; S. TOUGHER (eds.), *Emperor and author: The writings of Julian the Apostate*. Swansea, The Classical Press of Wales, p. 159-182.
- MALOSSE, P.-L. 1999. Qu'est donc allé faire Constant 1er en Bretagne pendant l'hiver 343? *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, 48(4):465-476.
- MENDELS, D. 1997 [1992]. *The rise and fall of Jewish nationalism: Jewish and Christian ethnicity in ancient Palestine*. Grand Rapids, MI; Cambridge, William B. Eerdmans, 450 p.
- MILLAR, F. 1982. Emperors, frontiers and foreign relations, 31 B.C. to A.D. 378. *Britannia*, 13:1-23.

- MILLAR, F. 1984. State and subject: the impact of monarchy. In: F. MILLAR; E. SEGAL (eds.), *Caesar Augustus: Seven aspects*. Oxford, Clarendon Press, p. 37-60.
- NOCK, A.D. 1988 [1933]. *Conversion: The old and the new in religion from Alexander the Great to Augustine of Hippo*. Lanham, University Press of America, 309 p.
- SANCHO GÓMEZ, M.P. 2008. *Guerra y política en el Imperio romano de Occidente (337-361)*. Murcia. Tese de Doutoramento, Universidad de Murcia, 497 p.
- SCHNIEBS, A. 2002-2003. El Estado soy yo: “salus rei publicae” e identidad en Cicerón. *Minerva: Revista de Filología Clásica*, **16**:107-117.
- SEIBEL, Sandra. 2004. Typologische Untersuchungen zu den Usurpationen der Spätantike. Duisburg. Tese de Doutoramento, Universität Duisburg-Essen, 240 p.
- SILVA, G.V. da. 2003. *Reis, santos e feiticeiros: Constâncio II e os fundamentos místicos da basileia. 337-361*. Vitória, EDUFES, 333 p.
- SILVA, G.V. da. 2005. A construção da imagem heróica de Constâncio II na *Oratio III* de Juliano. *Phoenix*, **11**:71-89.
- STEVENSON, S.W.; SMITH, C.R.; MADDEN, F.W. 1889. *A dictionary of Roman coins. Republican and Imperial*. London, George Bell and Sons, 929 p.
- VEYNE, P. 2002. L'empereur, ses concitoyens et ses sujets. In: H. INGLEBERT (éd.), *Idéologies et valeurs civiques dans le monde romain*. Nanterre, Picard, p. 49-74.
- VEYNE, P. 2009. *O império greco-romano*. Rio de Janeiro, Campus Elsevier, 496 p.
- WESTCOTT, B.F. 1909. *The two empires: The church and the world*. London, Macmillan and Co., 352 p.
- WHITBY, M. 2006. Emperors and armies, AD 235-395. In: S. SWAIN; M. EDWARDS (eds.), *Approaching Late Antiquity: The transformations from Early to Late Empire*. Oxford, OUP, p. 156-186.

Fontes primárias

- AURÉLIO VÍTOR. *Histórias abreviadas (“Sobre os Césares”)*. Tradução para o português por Moisés Antikeira. Disponível em: https://www.academia.edu/29742323/Aur%C3%A9lio_V%C3%ADtor_Hist%C3%B3rias_abreviadas_Sobre_os_C%C3%A9sares__Tradu%C3%A7%C3%A3o_para_o_portugu%C3%AAs. Acesso em: 02/12/2017.
- CHRONICON PASCHALE, 284-628 AD. 2007 [1989]. Translated with introduction and notes by Michael Whitby and Mary Whitby. Liverpool, Liverpool University Press, 239 p.
- KENT, J.P.C. (ed.). *The Roman imperial coinage*. Vol. VIII: The family of Constantine I A.D. 337-364. London, Spink & Son, 1981, 605 p.
- RES GESTAE DIVI AUGUSTI. 1957. *Texto latino do Monumentum Ancyranum*. Tradução portuguesa e comentários por George David Leoni. São Paulo, Livraria Nobel, 86 p.
- SELLARS, I.J. 2013. *The monetary system of the Romans: A description of the Roman coinage from early times to the reform of Anastasius*. Melbourne, s/e, 817 p. [E-book edition].

Submetido: 03/12/2017

Aceito: 11/08/2018